

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CAINDR

**Requerimento nº / 2007
(Do Sr. José Guimarães)**

Requer a realização, no âmbito da Comissão, de audiência pública para discutir a Medida Provisória 366 que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro, que ouvido o plenário desta comissão, realização de audiência pública para discutir a Medida Provisória nº 366, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes, transferindo para ele a competência de executar as ações da Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, deixando com o Ibama a competência de fiscalizar e conceder licenciamento ambiental, ambos com poder de polícia ambiental.

Requer sejam convidados a Exma. Sra. Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva e os presidentes interinos do Ibama, Sr. Bazileu Margarido e o do Instituto Chico Mendes, Sr. João Paulo Capobianco.

Justificativa

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de abril último, um pacote de medidas propondo alterações no sistema federal de meio ambiente. Foram três decretos, modificando a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, criando as Secretarias de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Cidadania Ambiental e Articulação Institucional, e a Medida Provisória nº 366, que trata da criação do Instituto Chico Mendes, uma autarquia com autonomias administrativa e financeira, cuja principal função será propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação (UCs) federais.

A justificativa do Ministério do Meio Ambiente para as mudanças é promover a adequação do sistema de gestão ambiental do Governo Federal à nova realidade mundial, onde as exigências no campo ambiental são muito maiores e mais complexas. Argumenta, por exemplo, que nos últimos vinte anos, as unidades de conservação federais passaram de 134 para 288, somando aproximadamente 700 mil Km², ensejando, portanto,

de urgente adequação para permitir o nível de modernização necessário ao avanço da agenda ambiental brasileira.

A divisão das atribuições do Ibama com a autarquia recém-criada, no entanto, dividiu opiniões e provocou forte reação entre os funcionários, que acreditam no esvaziamento do Instituto, uma vez que os dois entes federais deverão dividir patrimônio, pessoal e recursos, além de terem sido, as mudanças, gestadas sem a participação do seu quadro de funcionários nem da sociedade civil.

Os funcionários do Ibama estão em campanha de mobilização em todo o Brasil no sentido de sensibilizar a classe política e a sociedade de uma maneira geral para que tomem posição contrária às medidas publicadas pelo Governo Federal.

Assim, diante da polêmica estabelecida neste Congresso, que deverá apreciar a Medida Provisória nº 366, e com o objetivo de resguardar os interesses da população brasileira sem o comprometimento das ações do Governo na promoção de políticas para um desenvolvimento sustentável e considerando a necessidade de estabelecer um diálogo com os trabalhadores envolvidos nas mudanças propostas, se justifica a realização da audiência pública ora solicitada, com vistas à obtenção do maior número de informações possíveis para melhor subsidiar o voto dos parlamentares.

SALA DAS COMISSÕES, em _____ de 2007.

José Guimarães
Deputado Federal (PT-CE)